

Ulysses pode se abster de votar

MAURO LOPES

Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

O voto mais disputado na questão mais controversa do Congresso constituinte, a duração do mandato do presidente Sarney, poderá ficar submerso: o deputado Ulysses Guimarães não pretende votar pelos cinco nem pelos quatro anos. O presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, está resolvendo a se abster em todas as votações.

Ulysses deixou patente sua disposição já no primeiro dia de funcionamento do plenário. Na última quarta-feira, o deputado Luiz Alberto (PMDB-MG) apresentou uma questão de ordem e afirmou que, regimentalmente, o presidente do Congresso constituinte tem o direito de votar. Ulysses respondeu, bem-humoradamente, agradecendo "o nobre propósito" de lhe "dar votos", mas argumentou que a "tradição", desde o Império, indica que o presidente das Constituintes não participa das votações.

Ulysses tem razão quanto à tradição brasileira: só o regimento interno da Constituinte de 1891 consagrou o direito de voto do presidente. Os regimentos das Constituintes de 1934 e 1946 só previram o voto de seus presidentes em caso de empate no plenário. A do Império descartava a participação de seu presidente em qualquer votação.

Mas o regimento interno do Congresso constituinte não proíbe, como o fizeram os regimentos anteriores, o voto de seu presidente. Estabelece que cabe ao presidente "desempatar as votações", sem restringir, porém, sua participação nas demais votações.

Se Ulysses levar sua disposição até o fim, não participará de nenhuma votação. Como o regimento prevê que uma emenda necessita de 280 votos para ser aprovada ou rejeitada, somente na improvável hipótese de um empate em 279 votos ele revelará sua posição sobre o tema objeto de apreciação pelo plenário.

Não poderia haver posição mais confortável para o presidente do Congresso constituinte. Além da herança do velho PSD — que parece torná-lo a cada dia mais escorregadio — Ulysses não quer se expor nas disputas que dividirão os parlamentares no plenário: como candidato à Presidência da República, sabe que o fato de não votar pode lhe garantir trânsito junto a vencedores e perdedores. O jogo é arriscado, já que há sempre a possibilidade de ambos os lados considerarem seu voto fundamental e se agastarem com a indefinição. E o caso da votação do mandato de Sarney. Tanto cincoanistas como quatroanistas acreditam que podem ser vitoriosos se Ulysses pender para sua tese.

CNBB critica governo e Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou ontem uma nota dirigida às suas 244 dioceses criticando duramente a atuação do governo e os rumos que vêm sendo tomados pelo Congresso constituinte. Intitulado "Urgência de Grandes Decisões", o documento diz existir um sentimento de "frustração nacional" com o processo de transição democrática e com a nova Constituição, crítica a corrupção dentro do governo e alerta para o fato de que a "insatisfação popular poderá explodir", trazendo "consequências catastróficas" para o país. A nota saúda, porém, a adoção do princípio da democracia participativa no primeiro artigo da nova Constituição, votado na última semana.

Segundo o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, a nota apela "aos constituintes para que votem de acordo com os anseios do povo e do bem comum, deixando de lado os interesses particulares e as questões".

O documento inicia com uma avaliação da situação do país: a "frustração nacional" diante da incapacidade do governo em resolver



D. Luciano Mendes de Almeida dá entrevista coletiva em Brasília

os problemas econômicos, o aumento da inflação, do desemprego e da especulação financeira, a queda dos investimentos produtivos e dos salários reais e a ameaça de recessão. A corrupção, para o secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz, "está

superando os tempos áureos do regime ditatorial", sem que seja tomada uma atitude efetiva para restabelecer a credibilidade dos negócios. "A sociedade não acredita mais na dignidade", afirma dom Celso. Na avaliação da CNBB, a

frustração coletiva ainda não atingiu o seu ponto máximo, mas não poderá comprimir indefinidamente os anseios populares, sem se correr o risco de uma convulsão social.

A nota critica os "lobbies poderosos", que estariam tentando fazer prevalecer seus interesses sobre os do país. E denuncia o clima em que "a compra de votos e a ameaça de perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado".

Mesmo sem citar especificamente o Centrão, a nota critica as mudanças efetuadas no regimento interno do Congresso constituinte, que poderão não só "retardar intoleravelmente" a promulgação da nova carta, mas também eliminar os "avanços importantes", conseguidos através do entendimento entre as "forças políticas sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais" e da participação popular.

A CNBB não se pronuncia claramente nem pela redução do mandato de Sarney, nem pela realização de eleições gerais ou mesmo em relação ao sistema de governo. Deixa claro, porém, que a duração do mandato e as eleições devem levar em conta "os anseios do povo que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional". Quanto ao sistema de governo, prega "soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameçam a normalidade das instituições democráticas".

'A situação social se deteriora em ritmo acelerado'

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 Nota da Presidência sobre o momento nacional
 (30/01/1988)

Urgência de grandes decisões
 Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da nação.

Tudo depende das decisões que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos, porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo com o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade que nos leva, por dever pastoral, a alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação da inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida e a ameaça de controle. Cairam os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

E da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas.

Não julgamos das intenções dos responsáveis pelo destino da nação. Não subestimamos o peso das dificuldades que eles enfrentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos gran-

des interesses econômicos, clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão, à inflação, bem como impedem a superação da dívida interna e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abortar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade, —insuficiente e mesmo, por vezes, tendenciosamente informada— tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e recela que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiências nas subcomissões, de assinaturas e defesa de emendas populares.

De fato, lobbies poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do país. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça da perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto, apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar credibilidades fortemente desgastadas.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política do país e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição votado pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, atendendo as aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que viabilizem essa participação, tal como estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que repondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, fruto de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo

processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento constituinte, sem confundir-se com concessões que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição —dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias— não podem ser o resultado de barganhas imediatistas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com a maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições, não podem ser tratados sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos Constituintes que os representam.

Que Deus proteja o Brasil
 Brasília, 30 de janeiro de 1988